

QUANDO OBSERVAMOS BEBÊS EM RISCO: UM DEPOIMENTO SOBRE ÉTICA E FUNÇÃO CONTINENTE NO MÉTODO BICK

When we observe infants at risk: Reflections concerning the ethics and containing function in Bick's method

ALBERTO FONSECA KERBER¹

RESUMO: Neste trabalho, apresento um relato reflexivo a respeito da minha experiência com a observação de bebês pelo método Esther Bick modificado,² no curso de formação do CEAPIA.³ Tento abordar três questões centrais a respeito dessa experiência: as vicissitudes na constituição da subjetividade e das capacidades intersubjetivas do bebê observado; a possibilidade de intervenção para orientar a família sobre os aspectos indicativos de risco para autismo e os consequentes desafios éticos; e a influência terapêutica da observação sobre a família e sobre a capacidade de investimento dos pais, que, por sua vez, resultou em uma melhora significativa no desenvolvimento do bebê observado.

PALAVRAS-CHAVE: Método Bick. Autismo. Ética em Pesquisa.

ABSTRACT: In this paper, I present a reflective account of my experience in infants observation with the modified Esther Bick's method, in the CEAPIA training course. I try to address three central subjects about this experience: the vicissitudes in the constitution of the infant's subjectivity and the risk of autism; the possibility of intervention to guide the observed family about the risk, and the consequent ethical challenges in this movement; and the therapeutic influence of the observation on the family and in the parents' ability to invest, which in turn resulted in a significant improvement in the development of the observed infant.

KEYWORDS: Bick method. Autism. Research Ethics.

¹ Psicólogo (PUCRS). Aluno do terceiro ano do curso de Psicoterapia da Infância e Adolescência do CEAPIA. E-mail: alberto.kerber@ceapia.com.br.

² Adaptações ao método Esther Bick curricular para o curso de formação em Psicoterapia do CEAPIA (Escosteguy, 2012).

³ Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância e da Adolescência.

Introdução

No final de tarde de um sábado, eu retornava a Porto Alegre pela BR-290, vindo de uma pequena cidade no litoral, após ter realizado o encontro final com a família que acompanhei na atividade de Observação Pais-Bebê. Enquanto dirigia, eu mirava o pôr do sol que, naquele momento, projetava no céu uma densa cor alaranjada. Conforme o sol se escondia no horizonte, aquela composição se avermelhava e eu ficava cada vez mais impactado pela beleza daquela vista. Enquanto isso, minha mente movimentava, intensamente, pensamentos, imagens e memórias. A cada novo pensamento, eu tomava contato com sentimentos densos, que carregavam significados relativos à toda a história da minha vida, me emocionando a cada pouco.

Entendo que o impacto estético que vivenciei naquele momento guarda relação com o impacto emocional que vivenciei na minha experiência como observador pelo método Esther Bick modificado. Vilete (2000), em um texto convenientemente intitulado *A criança que fui chora na estrada*, escreve sobre como as marcas caracterológicas mais primitivas são registradas nos bebês, em situações de dor e sofrimento, muitas vezes, evitáveis. E que, ao acompanhar de perto esse delicado processo, o observador é remetido, inconscientemente, ao tempo de estabelecimento das suas próprias marcas.

O encontro final com a família de Luca, agora presencial e não por meio de câmeras de celulares e computadores, adquiriu uma atmosfera bastante emotiva. Quando cheguei na casa, localizada num bairro tranquilo, sua mãe Lucy abriu a porta para me receber, e eu logo vi Luca escondido atrás da perna dela, com um olhar curioso. Após cumprimentá-los, sentamos na sala de estar, e Luca se aproximou de mim, me olhando muito atentamente, como se eu fosse mesmo alguém importante. Eu logo percebi que estava emocionado em vê-lo me olhar daquela maneira. A ausência desse tipo de olhar, na relação com seus pais, foi, por um longo período, o principal dado que me levou a pensar que Luca apresentava prejuízos no desenvolvimento de capacidades de interação intersubjetiva, indicativas de risco para o desenvolvimento do Autismo (Fonagy et al., 2007; Fuchs, 2015; Muratori, 2008; Schore, 2014).

Mais tarde, Lucy e Cal me convidaram para sentar à mesa para um café. Chamou a atenção a grande quantidade de comida servida, detalhe que me remeteu ao grande investimento afetivo mútuo daquele encontro. Enquanto conversávamos, Luca estava sentado no colo do pai, no lado oposto da mesa, e fazia uma pequena bagunça para comer. Em seguida, deslizou do colo de Cal e caminhou até mim. Apoiou sua mão na minha perna e ficou me olhando de uma maneira muito penetrante. Eu lembrei, então, dos seus gritos e choros que remetiam a uma ausência de sentido, e que tantas vezes eu ouvi e senti como se me rasgassem as vísceras. Agora, olhando para aquela expressão tão espessa e recheada de sentido, a sensação que eu tinha é de que ele queria me comunicar um mundo de sentimentos.

Enfim, as horas avançaram e Luca brincava pela sala. De repente, chora de modo que os pais logo identificam como um pedido por atenção e se movimentam para atender. Era hora de me retirar. Nos despedimos e eu entrei no carro profundamente tocado. Caron et al. (2000), em um texto intitulado *Vivenciando a violência sutil*, escrevem que o observador tem, “ele próprio, de atravessar pontes, reencontrar o medo da solidão, da escuridão, da agressividade e da ambivalência” (p. 57), no transcorrer do período de observação. Na “travessia” litoral-Porto Alegre, com o pôr do sol cumprindo as vezes de objeto transformacional (Bollas, 1979), eu vivenciava todo o impacto de ter acompanhado Luca na sua travessia. Emocionava-me, também, por tomar contato com minhas próprias vivências primitivas, representadas nas inúmeras memórias afetivas, de tempos antigos e recentes, que inundavam minha mente.

As vicissitudes vivenciadas por Luca, as dificuldades significativas apresentadas por ele no âmbito da interação com os pais e os desafios que seus pais experienciaram diante dessas dificuldades, contribuíram significativamente para o meu envolvimento emocional com a família. Em razão da identificação dessas dificuldades, foi aventada, no grupo de supervisão, a possibilidade de emitir uma opinião profissional aos pais. Consequentemente, uma série de questões éticas emergiu perante essa possibilidade. Contudo, conforme o tempo passou, com o auxílio de um investimento vivo e consistente dos pais, Luca pôde recuperar as capacidades de interação intersubjetiva que estavam ausentes ou insuficientes, inicialmente. A persistência dos pais, a qualidade da presença que conseguiram sustentar durante os períodos mais difíceis, foram questões que me levaram a estudar e refletir sobre a possível influência terapêutica que a observação teve para essa família.

Neste trabalho, pretendo compartilhar algumas das reflexões feitas naquele período. Para tanto, primeiro descrevo as dificuldades demonstradas por Luca até o sétimo mês de idade. Posteriormente, levanto algumas questões sobre a possibilidade de intervenção (no sentido de orientar a família sobre a necessidade de uma avaliação), para então comentar sobre as questões éticas existentes em uma intervenção desse tipo. Por fim, descreverei as soluções encontradas pelos pais em termos de estimulação do seu bebê, para então expor uma reflexão sobre o papel da presença sensível e atenta do observador para o processo singular observado.

Os primeiros três meses: a troca de olhares e o sorriso

Spitz (1965/1980) descreve, em seu trabalho sobre o primeiro ano de vida, que o bebê, desde muito cedo, costuma apresentar especial interesse pelo rosto e pelo olhar dos cuidadores. Stern (1986/1992) enfatizou a importância do papel das interações interpessoais iniciais na formação dos sentidos de “Eu” emergente e nuclear. Mais recentemente, Guerra (2014) salienta a importância da troca de olhares, assim como do sorriso, na função de precursores e elementos funda-

mentais na constituição das primeiras comunicações intersubjetivas. Segundo o autor, a partir do segundo mês, é esperado que o bebê possa interagir com pequenos sons, sorrisos e jogos cara a cara com seus cuidadores. Também adquire alguma capacidade de chamar a atenção e o olhar para si (Guerra, 2014).

No segundo mês de observação, percebi que Luca, frequentemente, apresentava um movimento, quase reflexo, de desviar o rosto do contato visual com os pais, principalmente quando havia muita proximidade. Mesmo que, às vezes, conseguisse olhar, era sempre com certa distância, de modo que não parecia especialmente atraído pelo olhar dos pais. Na primeira gravação, já com 16 semanas de vida, era visível a dificuldade que ele tinha em sustentar o engajamento nas protoconversações (Guerra, 2014). Essa falta de responsividade aos estímulos provocava nos pais uma reação muito evidente de desânimo, o que suscitou grande preocupação no grupo de supervisão. Ao final do terceiro mês de observação, iniciamos conversas e reflexões no grupo de supervisão sobre o papel do observador em situações de risco no desenvolvimento do bebê, e sobre as diferentes possibilidades e caminhos para ajudar a família, caso essas dificuldades de Luca se mantivessem ou se agravassem.

Desde essas primeiras reflexões, porém, fomos tomados por uma série de dúvidas sobre os potenciais benefícios e, também, sobre os potenciais malefícios de uma intervenção. Romper com as combinações do termo de consentimento é, inevitavelmente, um evento que abre caminho para muitas possibilidades de reações, fantasias, receios e dúvidas nos pais. Ademais, pensávamos que o fato de a observação estar acontecendo online nos deixava inseguros em termos da qualidade da nossa “avaliação”. Assim, quando ponderávamos os possíveis malefícios de uma intervenção em relação com os possíveis benefícios, naquele momento, nos pareciam mais evidentes os riscos envolvidos em um rompimento do termo de consentimento.

Integração sensorial: as vicissitudes na constituição do Eu-pele

Com quatro meses, condizendo com o que é esperado para essa idade, Luca adquirira uma expressão facial mais bem definida, seu corpo ganhava mais tônus e seu campo de percepção parecia aumentar (Mahler, 1967/1982a; Brazelton, 1994). Nesse período, algumas interações passaram a acontecer. Luca sorria, abria largamente a boca, esticava as mãos e aparentava ter um brilho nos olhos quando se engajava nessas interações. Assim, entendi que Luca estava se desenvolvendo, embora com algumas particularidades que mereciam atenção. Em razão disso, entendemos no grupo de supervisão que o melhor a fazer, por ora, seria continuar observando atentamente.

No transcorrer, fui percebendo alguns aspectos peculiares nessas interações. Primeiro, Luca normalmente estabelecia contato visual com quem estava a certa distância dele, nunca com a pessoa que o carregava no colo. Quando

quem o carregava tentava interagir, ele continuava reagindo desviando o rosto e evitando o contato visual. Além disso, frequentemente irrompia em choro justamente durante uma interação prazerosa, dando a impressão de que vivenciava, de repente, uma sensação de grande angústia e desorientação. Curiosamente, esses choros, às vezes carregados de pânico, eram acompanhados de movimentos corporais de perda de equilíbrio e tombamento para o lado. Era como se Luca perdesse o senso de referência e coesão sensorial e vivenciasse experiências de “desintegração” ou de “cair pra sempre”, como descritas por Winnicott (1962/2007). Mesmo os pais expressavam verbalmente não entender por que os choros irrompiam repentinamente. Interpretavam, conforme me diziam, que ele tinha um temperamento “sensível”.

Quando aprendeu a ficar de bruços e a rolar o corpo no chão, desenvolveu o hábito de virar o rosto para baixo e esfregar a pele no tapete, nas almofadas e outros tecidos que estavam ao seu redor, com o rosto e os olhos tapados. Ficava minutos mergulhado nessa “experiência”. Lucy, parecendo não entender esse comportamento, tentava virar seu corpo para cima buscando estabelecer contato visual. Quando o fazia, Luca irrompia um grito desesperado, que deixava Lucy paralisada e assustada. Era como se, por perder a sensação de estar envolto pelos tecidos, perdesse também o senso de envelope sensorial (Bick, 1967/1991; Anzieu, 1987), caindo em uma imensa angústia. Enquanto observava esses comportamentos, eu pensava que o contato com os tecidos funcionava como uma tentativa de tecedura dessa malha sensorial, pela forma como ele ia se movimentando e sentindo as diferentes texturas. Associava isso ao fato de que Luca também obtinha um prazer específico com papéis ou materiais com superfícies lisas, como, por exemplo, uma embalagem de lençinhos umedecidos, que funcionou como um objeto confortador (Guerra, 2017b) por algumas semanas, entre o quinto e o sexto mês.

Em outro comportamento peculiar, em algumas das observações entre o quinto e o sexto mês, seja quando estava angustiado ou mesmo em momentos de excitação e diversão, Luca igualmente permanecia emitindo um grito agudo, de maneira ininterrupta. O vídeo da gravação programada para o sexto mês, em especial, chamou a atenção do grupo de supervisão porque Luca permaneceu quase todo o tempo emitindo esses gritos. Isso aconteceu em um contexto em que ele se divertia com uma brincadeira.

Do desejo de intervir à racionalidade ética

Aos sete meses, era possível identificar dificuldades importantes no desenvolvimento das interações intersubjetivas iniciais, indicadoras de risco para a manifestação posterior de quadros associados ao espectro autista: pouco buscava o olhar dos cuidadores; prestava mais atenção em objetos do que em pessoas; frequentemente ignorava a fala dos pais; tendia ao silêncio ou emitia gritos

aleatórios; apresentava choros duradouros, sem relação aparente com eventos ou pessoas; explorava pouco os objetos para além da sua textura (Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtorno do espectro autista, 2022). Ademais, sabe-se que a precocidade do diagnóstico e da intervenção são de fundamental importância no prognóstico.

Este último fato, isto é, de que uma intervenção precoce pode mudar significativamente o prognóstico, num primeiro momento, fez com que eu decidisse, prontamente, em favor de uma intervenção. Preocupava-me, contudo, a ideia de considerar somente os possíveis resultados positivos dessa ação, de modo que comecei me sentir tomado por dúvidas sobre como manejar uma possível reação negativa dos pais com o rompimento do termo de consentimento. Logo, buscamos discutir a situação com colegas do CEAPIA. Muitos tinham o entendimento de que deveríamos intervir. Entretanto, todos demonstraram uma inclinação a considerar somente os possíveis benefícios de uma intervenção precoce, passando ao largo do contexto em que a situação se inseria e, em sua maioria, ignorando a possibilidade de uma reação adversa. Para nós, no grupo de supervisão, parecia haver grande probabilidade de precisarmos lidar com elementos negativos e positivos que, sem dúvida, emergiriam em consequência de uma intervenção. Nesse sentido, minha compreensão naquele momento era de que a situação nos demandava pensar com mais cuidado qual seria nosso papel, de um ponto de vista ético – entendimento compartilhado por minha supervisora.

A partir do momento que passamos a elaborar tecnicamente a abordagem, fui me dando conta da delicadeza da situação. Uma série de questões passaram a povoar meus pensamentos entre uma observação e outra. Primeiro, caso eu mencionasse o termo “autismo”, que influência poderia ter na forma como os pais olhavam e investiam o filho? Segundo, caso a escolha fosse por não mencionar o termo, como orientar a busca de uma avaliação sem que se diga o que se está procurando? Não os colocaria em busca de um problema misterioso, desconhecido, suscitando medo, desconfiança, entre outros sentimentos imprevisíveis? Teriam confiança na minha boa intenção, na medida em que eu estaria rompendo com o termo de consentimento e com as combinações nele contidas? Indo um pouco mais além em minhas reflexões, considerei até mesmo a hipótese de que Lucy e Cal já pudessem estar procurando uma avaliação por contra própria, e que não haviam comentado sobre isso justamente em respeito ao nosso contrato. E me perguntei, mais uma vez, quais garantias eu tinha de que uma intervenção seria realmente benéfica.

Ao buscar apoio na literatura, chamou a minha atenção o grande número de trabalhos que abordam os aspectos terapêuticos da observação não interventiva (Houzel, 2010; Oliveira-Menegotto et al., 2010; Rohde, 2007; Rustin, 2014). Compreendi, com base nesses trabalhos, que estava diante de um dilema ético, por duas razões: 1) a literatura dava conta de que a manutenção do lugar do observador poderia ter uma influência benéfica, terapêutica para os vínculos dos pais com o bebê; 2) ao mesmo tempo, alguns autores chamavam atenção para o fato

de que uma intervenção ativa poderia acarretar a introdução, por parte do observador, de perturbações no campo. O fato de os pais não terem requisitado minha ajuda poderia significar até mesmo a ruptura de níveis muito sutis dos vínculos já estabelecidos, provocando malefícios à família (Oliveira-Menegotto et al., 2006). Como trabalhar com essas alternativas quando, do outro lado, lidamos com uma espécie de corrida contra o tempo quando se trata do risco de autismo?

Também é notória a proposta de observação interventiva de Didier Houzel (2011), que trabalha justamente com situações em que há risco de desenvolvimento do autismo. O autor propõe um tipo de intervenção domiciliar, não intrusiva, mas que inclui pequenos comentários feitos pelo observador, visando facilitar o estabelecimento de vínculos entre os pais e o seu bebê. No entanto, me pareceu extremamente arriscado aproveitar a técnica de Houzel sem descaracterizá-la ou descontextualizá-la, já que ela é sempre associada à procura voluntária dos pais por atendimento. Ademais, segundo o autor, o objeto da observação terapêutica não é o mesmo que o da observação para formação, já que sua proposta se configura por uma atitude ativa do observador desde o início da observação (Houzel, 2011).

Uma questão fundamental, e que os colegas consultados eram propensos a não considerar, é que, no CEAPIA, a atividade de observação visa tanto à formação quanto à coleta de dados para pesquisa, o que implica a necessidade de se atentar para os parâmetros éticos do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para pesquisas com seres humanos. Tais parâmetros são fundamentados nos princípios da bioética, os princípios da *autonomia*, da *beneficência*, e da *não maleficência* (Beauchamp & Childress, 1979/2002). A resolução 196/96 do CNS prevê que a eticidade da pesquisa implica: a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia); b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência); c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência) (CNS, 1996). A resolução 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia, por sua vez, atribui um valor especial ao princípio da autonomia, enfatizando a liberdade de participação e destacando a importância central do termo de consentimento livre e esclarecido no âmbito das pesquisas com seres humanos no campo da psicologia.

Oliveira-Menegotto et al. (2006) abordam mais diretamente a adequação do método Bick de observação aos princípios éticos previstos nas resoluções vigentes do CNS e do CFP. A exposição das autoras é de grande utilidade na medida em que integra uma reflexão sobre o papel do observador e as diretrizes estabelecidas nessas resoluções.

Com relação ao princípio da *autonomia*, o método Bick é aplicado mediante concordância voluntária dos participantes, sendo que “os mesmos são informados sobre os objetivos da pesquisa e sobre os procedimentos aos quais serão submetidos” (Oliveira-Menegotto et al., 2006, p. 91). Dessa maneira, o princípio da autonomia está intimamente relacionado ao respeito pelo cumprimento do consentimento informado. Isso significa que o rompimento das combinações

estabelecidas no termo consentimento exige uma ponderação ética cuidadosa, de preferência por um comitê especializado e experiente (CNS, 1996).

O princípio da *beneficência* diz respeito à ponderação entre os riscos e os benefícios da pesquisa e a proteção dos participantes. Nesse ponto, as autoras chamam atenção para o fato de que, na verdade, não existe uma neutralidade no observador. Citam Caron (1995, citada por Oliveira-Menegotto et al., 2006), que destaca que “o observador desempenha uma efetiva participação não verbalizada, não agente, mas vivenciada, ou seja, o observador inclui-se no processo acompanhado” (p. 283). Oliveria-Menegotto et al. (2006) concluem categoricamente: “... observar é uma forma de intervenção que auxilia as famílias, uma vez que o observador se faz continente e receptáculo das angústias, dos medos e das sensações que fazem parte da cena da observação” (Oliveira-Menegotto et al., p. 91).

Portanto, o princípio da *beneficência* é contemplado na medida em que o observador se mantém na sua posição de respeito ao saber e à conduta de cuidado dos pais, e de respeito pelas soluções encontradas pelos próprios cuidadores (Oliveira-Menegotto et al., 2006). Esse ponto teve um peso importante em nossa avaliação. Conforme veremos em detalhe mais adiante, enquanto refletíamos sobre todas essas incertezas, ficava claro, a cada nova observação, o quanto os pais foram recuperando a capacidade de investir em Luca, tentando encontrar formas de acolher suas fragilidades e de se ajustar a elas. A cada semana, eu percebia significativas transformações nas interações, o que por sua vez, me ajudou a seguir em uma atitude de ponderação diante da possibilidade de intervenção.

Com relação ao princípio da *não maleficência*, as autoras insistem: no método Bick, o requisito central para o observador é manter-se em sua posição, sem emitir julgamentos, “devendo respeitar o desenvolvimento do vínculo do bebê com seus cuidadores” (Oliveira-Menegotto et al., 2006, p. 91). Consideram, ainda, que a “interferência do observador na constituição dos vínculos do bebê e seu entorno podem representar rupturas de tais vínculos” (p. 93). Concluem que “o método Bick de observação contempla os pressupostos da ética na pesquisa” e “resguarda a integridade dos participantes da pesquisa” (p. 93), desde que o observador permaneça na sua posição. Com base nessas colocações, como ponderar os riscos? Intervindo ou não intervindo, as implicações me pareciam multiplamente complexas e delicadas, e os possíveis danos de uma intervenção, cada vez mais, pesavam na balança.

(Re)organização socioespacial e crescimento da mente

No período entre o oitavo e o décimo segundo mês, Luca apresentou avanços importantes no desenvolvimento. A chegada do verão coincidiu com a aquisição das capacidades para engatinhar e ficar em pé com apoio, isto é, com o início do período de exploração (Mahler, 1972/1982). Luca e seus pais passavam mais tempo no pátio da casa, onde as construções subjetivas mais sólidas pare-

ciam acontecer. Ele explorava os diferentes terrenos e experimentava o próprio corpo com mais liberdade no espaço. Aproveitava, agora, a possibilidade de controlar a distância e assim sustentava mais a troca de olhares. Em meio a suas explorações, procurava o olhar assegurador de um dos pais, que marcavam presença de longe, como que respeitando uma distância ótima.

Tanto Lucy quanto Cal, aos poucos, foram se adaptando ao jeito de Luca, respeitando sua autonomia e acolhendo e interagindo mais criativamente com suas peculiaridades. Obtinham grande gratificação com as suas aquisições psicomotoras. Sentiam especial satisfação em propor brincadeiras que atendiam ao principal prazer de Luca: dominar o próprio corpo e adquirir autonomia. Intuitivamente, passaram a utilizar objetos mediadores, que captavam a atenção de Luca, para construir encontros compartilhados de riso e olhar. O desejo dos pais e o desejo de Luca, agora, pareciam encontrar mais sintonia, ajudando a construir um ritmo mais harmônico de encontros e desencontros (Guerra, 2017a; Roussillon, 2010). Corajosamente, os pais tomaram a responsabilidade de atribuir diferentes qualidades ao seu choro, ajudando-o a construir diferentes níveis de experiência. Luca foi, aos poucos, recuperando sua homeostase mais rapidamente. Os gritos repetitivos cessaram e Luca passou a emitir sons que tinham sentido e causalidade mais claros.

Com apenas dez meses, aprendeu a caminhar. Logo que seus passos se refinaram ele adquiriu mais leveza e desenvoltura na sua linguagem corporal. Começou a explorar objetos, móveis e cômodos da casa. Nesse período, o “não” foi um organizador importante no refinamento da atenção compartilhada, e no aprimoramento da comunicação entre Luca e seus pais (Spitz, 1980). O repertório dos pais na interação com ele foi se enriquecendo e, conseqüentemente, o repertório de Luca também aumentou, passando a compartilhar divertimentos, ternura, frustrações, até precursores da vergonha, entre tantas outras qualidades de relação com os objetos.

No decorrer dos últimos dois meses de observação, eu me surpreendia com suas novas aquisições a cada semana. As cenas de interação de Luca com ambos os pais ao mesmo tempo; a maneira como ele buscava a atenção deles; as explorações e as carícias que passou a fazer nos rostos dos pais e os abraços que passou a dar com mais frequência; a intensidade da troca de olhares quando os pais lhe diziam não, numa intensa comunicação de desejos e expectativas mútuas com relação aos espaços de exploração permitidos ou proibidos – eram aspectos que indicavam processo particular de investimento mútuo.

O papel do observador: receptividade, continência e *rêverie*

Foi no encontro final com Luca, Lucy e Cal, presencialmente, que pude ter a dimensão da qualidade do desenvolvimento de Luca e também do lugar que ocupei na vida deles. Naquele momento em que tomávamos café, em que Luca

me olhava transmitindo tamanha ternura, tive a sensação de ter grande importância para eles. Interessante lembrar que, exatamente naquele momento, Lucy contou que há poucos dias atrás havia avisado Cal do nosso último encontro, no final de semana. E Cal então parou, olhou para ela e perguntou: “E agora, o que é que vamos fazer?”. Eu logo pensei em quantos significados essa indagação poderia abarcar. Seriam tomados por um sentimento de desamparo sem os nossos encontros semanais? Sendo o caso, o que exatamente poderia ser fonte de um sentimento de amparo ou segurança na nossa relação? É possível afirmar que, na verdade, acreditavam estar seguros sob o olhar de um profissional por pensar que ele provavelmente os orientaria em caso de alguma dificuldade identificada. Penso que não precisamos descartar essa hipótese. No entanto, acredito que podemos aproveitar alguns dos meus sentimentos pessoais nos últimos meses de observação para refletir a respeito.

Todo o processo de análise sobre a possível intervenção foi acompanhado pela construção de uma profunda empatia por essa família, por suas dificuldades, por suas qualidades, pelo amor genuíno dos pais por Luca e pelo respeito que eu percebia existir entre o casal. Lucy e Cal, um casal inter-racial que, por esse motivo, vivenciava conflitos na relação com suas famílias de origem, me ensinaram, por meio dos seus gestos, sobre o amor, sobre a simplicidade e sobre o respeito entre seres humanos, de uma maneira extremamente tocante. Assim, minhas reflexões sobre a intervenção não foram somente técnicas, mas se deram, também, no nível de profundas elaborações emocionais. Pude ser, como colocam Oliveira-Menegotto et al. (2006), o receptáculo dos medos, inseguranças e incertezas presentes no campo, mas também das esperanças, dos objetos idealizados, da aceitação incondicional do Outro.

Lebel (2008) toma os conceitos de *função continente* e de *rêverie*, de Bion (1962/2021; 1965/1994) e os articula com a função exercida pelo observador. O autor entende que o *objeto continente* “emerge da busca de uma intimidade construída a partir dos perigos e das imperfeições relacionais” (Lebel, 2008, p. 115). Portanto, é no respeito por essas imperfeições e na aceitação das singularidades do bebê pelos pais, e vice-versa, que o objeto continente emerge. Dessa forma, pode-se dizer que ele emerge de “um sentimento de exclusividade, de unicidade, que permite que o bebê acredite na beleza e na bondade do mundo” (p. 115). Trata-se, ainda, de uma “energia psíquica” que é transmitida pela qualidade “envelopante” da consideração, da preocupação e, principalmente, do respeito pelos processos singulares do outro (p. 115). Lebel entende que a continência não se trata apenas de uma atitude de apoio. Precisa estar associada a um intenso trabalho de mentalização, de *rêverie*, das experiências sem nome do outro (Lebel, 2008).

Nesse sentido, me parece que a observação possa realmente ter auxiliado os pais. Talvez esse seja o motivo do afeto que me dirigiram no último encontro. Assim, entendo que aquilo de que Lucy e Cal poderiam sentir falta era, justamente, a atmosfera de cuidado, de respeito, de não julgamento e de confiança mútua que construímos.

Porém, por maior continência que possa oferecer, todo objeto precisa se ausentar. Conforme avisa Lebel (2008), a percepção da separação dos objetos cuidadores é uma das dores inevitáveis da vida. Roussillon (2010) nos ajuda a entender e a valorizar a importância da qualidade do encontro. Considera que uma experiência estética compartilhada, ou de “pele comum”, é o que possibilita a constituição dos espaços potenciais para a emergência da simbolização primária e, portanto, da capacidade para sonhar as experiências.

Nesse sentido, o observador que conseguir se identificar com “seu” bebê em lágrimas, isto é, com as experiências dolorosas do bebê em seus estados de desamparo (*désaide*), será confrontado com a dores inevitáveis de estar vivo (Lebel, 2008). Então, será remetido à experiência de impotência que ele próprio vivenciou quando bebê, e poderá ter sensações de vacilação da identidade, ficando exposto a sentir duplamente o impacto da situação observada e toda sua carga emotiva (Lebel, 2008). Rustin (2014) nomeia esse fenômeno como o “encontro com o *self* infantil”, em que o observador acaba, realmente, entrando em contato com memórias da sua própria vida, extremamente carregadas de afeto.

Compreendo que a emoção que eu experimentei na estrada para Porto Alegre tenha sido mobilizada por esse impacto. Meus pensamentos, sentimentos e memórias sobre minha história de vida, refletiam a intensidade dos processos oníricos mobilizados, na tentativa de representar os encontros e desencontros vivenciados por mim, por Luca e por seus pais, dentro da nossa pele psíquica compartilhada. O encontro com o pôr do sol, a sensação de estar vivenciando um momento único e belo, estavam diretamente associados ao nível de regressão que eu vivenciava naquele momento. Inconscientemente, eu ia na direção da “experiência de pôr do sol” que carrego dentro de mim, para poder dar conta da intensidade da experiência mobilizada por acompanhar essa pequena jornada tão carregada de desafios quanto foi a vida de Luca até aqui.

Referências

- Anzieu, D. (1987). *O Eu-pele*. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Beauchamp, T., & Childress, J. (2002). *Princípios da ética biomédica*. São Paulo. Loyola. (Trabalho original publicado em 1979)
- Bick, E. (1991). A experiência da pele em relações de objeto arcaicas. In: Spillius, E. B. *Melanie Klein: desenvolvimentos da teoria e da técnica*. (pp. 194-198). Rio de Janeiro. Imago. (Trabalho original publicado em 1967)
- Bion, W. R. (2021). *Aprender com a experiência*. São Paulo. Blucher. (Trabalho original publicado em 1962)
- Bion, W. R. (1994). *Transformações*. Rio de Janeiro. Imago. (Trabalho original publicado em 1965)
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (1996, 10 de outubro). Resolução que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*.

- Bollas C. (1979). The transformational object. *International Journal of Psychoanalysis*, 60(1), 97-107.
- Brazelton, T. (1994). *Momentos decisivos do desenvolvimento infantil*. Rio de Janeiro. Martins Fontes.
- Caron, N. A.; Matte, L. D. S.; Cardoso, M. G.; Lopes, R. C. S. & Dalcin, V. E. (2000). Vivenciando a violência sutil: o impacto emocional diante de tendências humanas comuns. In: N. A. Caron (Org), *A relação pais-bebê: da observação à clínica* (pp. 45-60). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia (2000, 20 de dezembro). Resolução nº 16. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: CFP.
- Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtorno do espectro autista*. (2022). Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Escosteguy, N. (2012). Observação de bebês curricular no CEAPIA – método Esther Bick modificado. *Publicação CEAPIA*, 21(1), 85-94.
- Fonagy, P., Gergely, G., & Target, M. (2007). The parente-infant dyad and the construction of the subjective self. *Journal of child psychology and psychiatry*. 48(3) p. 288-328.
- Fuchs, T. (2015). Pathologies of intersubjectivity in autism and schizophrenia. *Journal of consciousness studies*, 1(2), 191-214.
- Guerra, V. (2014). *Grilla de indicadores de intersubjetividade*. Trabajo basado en el film del mismo nombre realizado con fondos del Comité Outreach de la I.P.A.
- Guerra, V. (2017a). Ritmo e psicanálise. *IDE de São Paulo*, 40(64), 31-54.
- Guerra, V. (2017b). Simbolização e objetos na vida psíquica: os objetos tutores. *Jornal de psicanálise*, 50(92), 267-287.
- Houzel, D. (2010). Infant observation and the receptive mind. *Infant observation*. 13(2), p. 119-133.
- Houzel, D. (2011). L'observation du bébé en intervention precoce. *Dans Contraste*. 1-2(34-35), 237-253.
- Lebel, A. (2008). Accoître la fonction contenante des psychothérapeutes par l'expérience de l'observation des nourrissons selon méthode d'Esther Bick. *Filigrane*, 17(1), 105-120.
- Mahler, M. (1982a). Sobre a simbiose humana e as vicissitudes da individuação. In: M. Mahler, *O processo de separação-individuação* (pp. 66-81). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1967)
- Mahler, M. (1982b). Sobre as três primeiras fases do processo de separação-individuação. In M. Mahler, *O processo de separação-individuação* (pp. 96-104). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1972)
- Muratori, F. (2008). El autismo como efecto de um transtorno de la intersubjetividad primaria (parte I). *Psicopatología y salud mental*, 12, 39-49.
- Oliveira-Menegotto, L. M., Lopes, R. C. S. & Caron, N. A. (2010). O método Bick de observação da relação mãe-bebê: aspectos clínicos. *Psicologia Clínica*. 22(1), 39-55.
- Oliveira-Menegotto, L. M., Menezes, C. C., Caron, N. A., & Lopes, R. C. S. (2006). O método Esther Bick de observação de bebês como método de pesquisa. *Psicologia Clínica*, 18(2), 77-96.
- Rhode, M. (2007). Helping Toddlers to communicate: infant observation as an early intervention. In S. Acquarone, *Signs of autism in infants: recognition and early intervention* (pp. 193-214). London: Karnac.

- Roussillon, R. (2010). La dialectique presence-absence: pour une metapsychologie de la presence. *Tribune Psychoanalytic*, 9, 13-39.
- Rustin, M. (2014). The relevance of infant observations for early intervention: containment in theory and practice. *Infant observation*, 17(2), 97-114.
- Schore, A. (2014). Early interpersonal neurobiological assessment of attachment in autistic spectrum disorders. *Frontiers in psychology*, 5, 1-13.
- Spitz, R. (1980). *O primeiro ano de vida*. São Paulo. Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1965)
- Stern, D. (1992). *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre. Artmed.
- Vilete, E. (2000). A criança que fui chora na estrada. In: N. A. Caron (Org). *A observação pais-bebê: da observação à clínica* (p. 291-309). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. (2007). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação* (p. 55-61). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho originalmente publicado em 1962)